

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE 2024
(Das Sras. Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Luiza
Erundina e dos Srs. Glauber Braga, Chico Alencar e Tarcísio
Motta)

Apresentação: 02/12/2024 09:15:49.317 - Mesa

PLP n.211/2024

Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer diretrizes de política fiscal e metas de resultado primário do Governo Federal, com vistas à manutenção dos pisos constitucionais da saúde e da educação, à garantia de direitos como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o abono salarial, e à proteção da política de valorização real do salário-mínimo, assegurando condições para que esta acompanhe, no mínimo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), além de outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam revogados os §§ 2º e 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.

Art. 2º O art. 2º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o § 2º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), definirá as diretrizes socioambientais e econômicas da política fiscal, bem como as metas anuais de resultado primário do Governo Central para alcançá-las.

§ 1º As diretrizes e metas referidas no caput deverão estar alinhadas aos objetivos sociais, ambientais e produtivos definidos no Plano Plurianual (PPA).

§ 2º A verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário será realizada com base em valores



correntes, admitindo-se intervalos de tolerância de menos 1,00 p.p. (um ponto percentual) e de mais 1,00 p.p. (um ponto percentual) do Produto Interno Bruto previsto no respectivo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º O descumprimento do limite inferior da meta de resultado primário não configura infração de qualquer natureza, inclusive no âmbito da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 4º No caso de descumprimento da meta, o Ministério da Fazenda deverá divulgar publicamente, por meio de nota oficial, as razões que justificaram o não atendimento do objetivo fiscal.

§ 5º Na hipótese de estado de calamidade pública de âmbito nacional, aplica-se o disposto no art. 167-B da Constituição Federal e no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).” (NR)

Art 3º Ficam revogados os arts. 3º a 11º da Lei Complementar 200, de 30 de agosto de 2023.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O **Novo Arcabouço Fiscal**, instituído pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, estabelece limites rígidos para o crescimento das despesas primárias do Governo Federal, vinculando-o a uma fração da taxa de crescimento real da receita. Essa estrutura, ao impor um teto de gastos que cresce a uma taxa inferior às despesas vinculadas à receita e ao salário-mínimo, desconsidera a dinâmica positiva e crescente das despesas obrigatórias estabelecidas pela Constituição. Entre essas despesas estão os pisos constitucionais de saúde e educação, os benefícios atrelados ao salário-mínimo e a própria política de valorização real do salário-mínimo.

Essa incompatibilidade estrutural compromete a sustentabilidade financeira de políticas públicas essenciais e resulta em ajustes fiscais regressivos, cujos efeitos recaem desproporcionalmente sobre as populações mais vulneráveis. Além disso, inviabiliza a expansão de despesas vinculadas à receita, como saúde e educação, colocando essas áreas em risco iminente.



Como consequência direta dessa lógica de austeridade, retrocessos já estão sendo implementados, como demonstrado pelo recente pacote de cortes fiscais proposto. Dentre as medidas mais preocupantes estão a restrição de acesso a direitos fundamentais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e a valorização do salário-mínimo. Essas mudanças reforçam desigualdades, enfraquecem o poder de compra das famílias, dificultam o acesso a benefícios essenciais e comprometem a dignidade de milhões de brasileiros.

Diante desse cenário, **propomos uma significativa revisão do Novo Arcabouço Fiscal e a eliminação dos tetos de gastos, garantindo que os direitos sociais sejam não apenas mantidos, mas também ampliados, visando a inclusão e a proteção dos setores mais vulneráveis da população.** Atualmente, o Novo Arcabouço Fiscal define limites máximos para as despesas primárias, com crescimento real desses limites variando entre 0,6% e 2,5%. Respeitado esse intervalo, o percentual efetivo de crescimento dos limites corresponde a 70% da variação real da receita, caso a meta de resultado primário do exercício anterior tenha sido cumprida; ou a 50%, caso a referida meta não tenha sido cumprida. **Defendemos a eliminação desses tetos.**

Nossa proposta mantém apenas a regra da meta de resultado primário prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tal como era até 2016, mas com ajustes que permitam alcançar objetivos sociais, ambientais e produtivos definidos no Plano Plurianual (PPA), aplicáveis ao ciclo orçamentário de quatro anos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve definir as diretrizes de política fiscal e as metas anuais de resultado primário do Governo Central, alinhadas a objetivos sociais, ambientais e produtivos.

Além disso, sugerimos que a verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário seja baseada em valores correntes, com tolerância de menos 1,00 p.p. e de mais 1,00 p.p. do Produto Interno Bruto, conforme estabelecido no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Também reforçamos que o descumprimento do limite inferior da meta de resultado primário não deve configurar infração à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Em casos de calamidade pública de âmbito nacional, aplicam-se as disposições do art. 167-B da Constituição Federal e do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Para assegurar transparência e controle social, em situações de descumprimento da meta, o Ministério da Fazenda deverá divulgar uma explicação pública, por meio de nota oficial, detalhando as causas do descumprimento.

Os ajustes propostos também visam **reduzir o caráter pró-cíclico das metas de resultado primário**, que, em momentos de desaceleração econômica, forçam cortes de gastos ou aumentos de impostos, aprofundando recessões. Nossa proposta busca flexibilizar as regras fiscais, ampliando os



limites de tolerância das metas de primário e descriminalizando a política fiscal, para permitir ao governo uma atuação contracíclica mais eficaz.

Por fim, a formulação proposta oferece flexibilidade fiscal para adequar o orçamento às necessidades econômicas de cada período, preservando o controle social sobre o orçamento, com justificativas técnicas e políticas nos casos de descumprimento das metas.

O presente Projeto de Lei Complementar propõe uma política fiscal que atenda às demandas sociais, fortaleça direitos, e priorize o desenvolvimento econômico e a justiça social, superando os limites impostos pela lógica de austeridade do atual arcabouço fiscal.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2024.

Deputada SÂMIA BOMFIM

PSOL/SP

Deputada FERNANDA MELCHIONNA

PSOL/RS

Deputada LUIZA ERUNDINA

PSOL/SP

Deputado GLAUBER BRAGA

PSOL/RJ

Deputado CHICO ALENCAR

PSOL/RJ

Deputado TARCÍSIO MOTTA

PSOL/RJ

